

Mudanças Na Abordagem Da Violência Contra a Mulher no Programa Profissão Repórter¹

Liliane PAZZINI²

Gabriela Machado Ramos de ALMEIDA³
Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS

RESUMO

O artigo apresenta uma análise de quatro edições do programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo, veiculadas entre os anos de 2010 e 2017, com o objetivo de verificar possíveis mudanças na abordagem da violência contra a mulher no programa. O trabalho é um convite para uma reflexão acerca do enquadramento dado pelas reportagens a temas como o feminicídio e a violência contra a mulher. A pesquisa toma como referencial teórico Tuchmann (1978) e Gitlin (1980), autores das Teorias do enquadramento, e Leal (2011 e 2012), e Rondelli (1996), autores que ajudaram a pensar a abordagem da violência pelas mídias e pelo jornalismo. A realização do trabalho permitiu notar mudanças, ao longo dos anos, nos modos como a violência contra a mulher é abordada no programa. As principais alterações percebidas foram a diminuição da culpabilização da vítima e a mudança das nomenclaturas a partir da qual as mulheres eram referidas.

Palavras-chave: Jornalismo televisivo; Enquadramento; Violência contra a mulher; *Profissão Repórter*

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2016, uma adolescente foi estuprada no Rio de Janeiro por pelo menos 30 homens. Um ano depois, o então deputado federal Jair Bolsonaro – eleito Presidente da República em outubro de 2018 - agrediu verbalmente uma repórter da Rede TV com as palavras “idiota e ignorante”. Em março de 2018, a vereadora do PSOL Marielle Franco foi morta a tiros na região central do Rio de Janeiro. Em julho desse ano, uma advogada foi morta no Paraná pelo marido. Ela sofreu agressões, estrangulamento e foi atirada do quarto andar do prédio onde morava, depois de pedidos de socorro e tentativas de fuga. No último dia 08 de setembro, o ator Thiago Martins assediou uma segurança

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), e-mail: lilianepazzini265@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)ECA-USP, e-mail: gabriela.mralmeida@gmail.com

durante um show do Grupo Sorriso Maroto, no Rio de Janeiro, cobrando que ela o olhasse enquanto rebojava, e tocando no ombro e no cabelo da profissional.

Todos os casos citados no parágrafo anterior foram noticiados na imprensa. Todos tratam-se de violência contra a mulher: verbal, física, moral, sexual e/ou feminicídio. Esses casos tiveram grande repercussão na imprensa e nas redes sociais, mas existem também casos de violência silenciados, de vítimas anônimas, ou até noticiados, mas que geram pouca repercussão e comoção.

Conforme Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2017), 4.606 mulheres foram vítimas de homicídio no ano de 2016 no Brasil, portanto, 12 mulheres foram assassinadas por dia, ou seja, a cada duas horas, uma mulher morreu. Mulheres morrem todos os dias, em crimes de ódio, motivados pela condição de gênero. Muitos casos são registrados como homicídio doloso, o que dificulta um parâmetro de feminicídio. Em relação à violência doméstica e familiar contra a mulher, o Relógio da Violência do Instituto Maria da Penha aponta que a cada 2 segundos uma mulher é vítima de violência física ou verbal no Brasil.

Feminicídio é a perseguição e assassinato de mulheres, cometidos pela condição de gênero da vítima. No dia 9 de março de 2015, a então Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, sancionou a Lei 13.104. Existem três tipos de feminicídio: íntimo - quando existe algum afeto entre a vítima e o assassino; não íntimo - quando não existe nenhuma relação entre a vítima e o assassino, mas há violência e/ou abuso sexual, e feminicídio por conexão - quando uma mulher é morta na tentativa de defender outra.

O objetivo desse trabalho é estudar a abordagem de casos de violência contra a mulher veiculados no programa *Profissão Repórter*. O estudo se dará através de uma análise dos enquadramentos adotados no tratamento desse assunto. O trabalho está dividido em dois momentos: no primeiro, é abordada a relação do telejornalismo brasileiro com a violência contra a mulher e, no segundo momento, procedemos à análise de quatro edições do programa, veiculadas entre os anos de 2010 e 2017. Os principais autores utilizados foram Gitlin e Tuchmann, para tratar do enquadramento, e Rondelli e Leal, que abordam o tratamento das mídias e do jornalismo quando o assunto é a violência.

2 O TELEJORNALISMO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em análise da cobertura do *Jornal Hoje* sobre os casos de violência contra a mulher, Borges (2013), debate o papel do jornalista, suas decisões e a forma como ele conta um fato *versus* como ocorreu o fato, em casos de violência. Já para Ramos e Paiva, é necessária uma melhor formação aos jornalistas para a abordagem de assuntos ligados à segurança pública, para que a imprensa esteja melhor capacitada a analisar o contexto de criminalidade de forma complexa, “livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos é, dessa forma, estratégico para a evolução do Brasil no setor”. (RAMOS e PAIVA, 2007 apud BORGES, 2013). O jornalismo de segurança pública não pode assustar o telespectador, porque isso pode causar preconceito, susto e frieza, conforme Rondelli:

O modo como a mídia nomeia e trata o crime, os criminosos, os seus praticantes, as suas vítimas e os lugares onde eles ocorrem podem estar produzindo duas coisas: a) uma associação entre crimes e pobres; por dedução, todos os pobres são potenciais criminosos e devem ser afastados, eliminados; b) uma banalização do crime e da violência, de modo a que nos tornemos cada dia mais insensíveis às suas ocorrências, julgando-as naturais em nosso convívio. (RONDELLI, 1996 apud BORGES, 2013)

A mídia pode ser uma arma contra a violência de gênero e a violência sexual. Faz-se necessário abordar esses casos por um viés de jornalismo de segurança pública, oferecendo fontes que atuem na prevenção, e mostrando as políticas públicas nos casos de violência doméstica, e não apenas fontes policiais:

A abordagem da mídia sobre investimentos públicos e seus resultados em políticas de prevenção a assistência, principalmente quando está em pauta a violência contra as mulheres, tem o potencial de promover o debate sobre as demandas sociais e as omissões e deficiências existentes. (SANEMATSU, 2011 apud BORGES, 2013).

Uma reflexão sobre a tensão ao escrever narrativas jornalísticas obedecendo a regras gerais do jornalismo sobre crimes de proximidade foi desenvolvida por Bruno Souza Leal (2014). O autor aborda a frequência com que crimes de violência contra mulheres são cometidos no Brasil, e de pelo menos um desses casos gerar uma sequência de desdobramentos a partir da notícia inicial. Na mídia tradicional, fatos como “marido mata a mulher” e “ciúme provoca tragédia” são tratados como crimes passionais e existe

uma diferenciação entre grandes e pequenos acontecimentos de violência, sendo os pequenos aqueles que revelam a violência contra mulheres autônomas e/ou comuns.

É importante uma atenção às narrativas midiáticas que materializam a relação entre o jornalismo e a violência contra mulheres, com intenção de apresentar novos modos de abordagem aos casos já existentes e a abertura de novos problemas de pesquisa. Esse movimento necessita de uma ruptura de modos que reduzem a narrativa limitando-a somente à notícia, para que ela possa ser transformada num ponto de investigação.

Para Leal, os jornais não devem ser fontes de pesquisa da violência contra a mulher porque podem não ser tão confiáveis devido à possibilidade de terem interesses mercadológicos. Não se pode considerar que as mídias tornam mais graves os casos, mas sabe-se que a cobertura se altera de acordo com o mercado e que o número de casos de violência contra a mulher é sempre muito maior que o número de notícias. As mortes de celebridade geram maior comoção, enquanto as “pequenas mortes” são oferecidas de modo rápido, muitas vezes sem individualizar o caso e humanizar a vítima. As coberturas jornalísticas e os interesses do mercado político-ideológico variam com o passar do tempo.

O peso das narrativas interfere na compreensão da violência contra a mulher através dos aspectos estruturais, discursivos e estéticos que podem ser sensacionalistas, melodramáticos ou realistas, gerando indignação, ressentimento e surpresa, na forma como colocam os personagens: vilão, vítima, herói, heroína, etc. (LEAL, 2014).

Leal aponta que, quando na manchete se escreve “pai”, “mulher”, “esposa (o)”, tratam-se de termos genéricos que se referem a pessoas comuns e a eventos cotidianos. Isso aponta para um desrespeito, além de um modo de dizer convencionalizado jornalisticamente. Se a notícia tratasse de uma pessoa conhecida pela sociedade, ganharia mais notoriedade com seu nome escrito na manchete. Ao mesmo tempo, esse anonimato traz certa proximidade: essa vítima poderia ser qualquer uma de nós. Isso faz parte dos modos e estratégias do jornalismo. A mídia escolhe o que merece ser noticiado mas existe também a necessidade de fazer mais do que relatar um caso de violência de gênero, como falar mais (e cobrar) mais políticas de governo, por exemplo.

3 PROFISSÃO REPÓRTER: MARCAS GERAIS DO PROGRAMA

O programa *Profissão Repórter* iniciou como um quadro do Programa Fantástico, transmitido nas noites de domingo pela Rede Globo, no dia 09/03/2006. De 2006 a 2008, foi transmitido como um programa especial apresentado em dias esporádicos. Tornou-se um programa semanal, com horário fixo na grade, em junho de 2008. Apresentado e dirigido pelo jornalista Caco Barcelos, atualmente o programa é exibido nas quartas-feiras, após o futebol, às 23h45, com duração média de 30 minutos, dividido em dois blocos.

O programa, cujo slogan é “os bastidores da notícia, os desafios da reportagem, agora no Profissão Repórter”, aborda assuntos polêmicos, ou menos debatidos pelos programas de jornalismo factual, desvelando a “forma de fazer” do jornalismo, contando a história no local do acontecimento, com a versão dos personagens envolvidos e o trabalho do repórter, através de grandes reportagens. Cada programa é dedicado a um único tema.

A atração gira em torno do repórter experiente que ensina e guia os jovens repórteres nas discussões de pauta, produção e edição das reportagens. Foram utilizados alguns dados da pesquisa feita no livro *Profissão Repórter em Diálogo: Caco Barcelos participa de 98,66% dos episódios. A discussão de pauta é mostrada em 14,97% dos programas e a discussão na ilha de edição é mostrada em 21,23% (GROSS e PASCHOALICK, 2012). O programa faz uso de gráficos e trilhas sonoras.*

Profissão Repórter é uma mistura de telejornalismo com jornalismo investigativo. A utilização de câmera escondida se dá em 19,59% dos programas. São utilizadas imagens de arquivo em 37,84% das transmissões e a autorreferência não é marcante no programa, utilizada em apenas em 10,74 entre episódios, e 4,03% extra episódios. (GROSS e PASCHOALICK, 2012).

Profissão Repórter também aborda mais a região sudeste do país, com 43,62% das transmissões, e as demais regiões que somam juntas 46,31%. A maioria das pautas é de cotidiano (37,58%), comportamento (20,81%) e policial (11,41%). (GROSS e PASCHOALICK, 2012).

O programa é dinâmico. Com ancoragem de rua, repórteres são mostrados em trajetos percorridos para as reportagens, bem como operando câmeras, discutindo e tomando decisões. Os cortes são, em sua grande maioria, bruscos, dando agilidade e a impressão de que tudo é mostrado ao telespectador. Esse formato dá uma transparência à narrativa, mas também tira dela o contexto, como quando a vítima está contando para a

repórter que o marido está mais calmo, ocorre um corte e ela emenda: “ele bateu aqui, quebrou meu nariz” – no episódio exibido em 05/07/2011.

No discurso, é bem marcante a intenção de mostrar todos os lados da história. A linguagem é simples e há uma hierarquia, ao passo que Caco Barcellos faz as entrevistas mais impactantes, apresenta o programa a cada início e fim de blocos, bem como dá a última palavra na tomada de decisões junto aos repórteres.

O discurso do programa é construído com a pretensão de despertar emoções e o envolvimento do telespectador com a história e/ou personagens. Essa postura é visível quando o repórter é mostrado chorando, tremendo, com a voz embargada ou com expressão de tristeza e perplexidade. Isso é comum em matérias de violência, desigualdade e desastre. Em declaração à Folha, Marcel Souto Maior, diretor do programa até o início de 2011, admitiu essa intenção: “Esperamos que o público se identifique com eles [os repórteres] e acompanhe a dinâmica do trabalho do repórter, pois passamos por desafios, dúvidas e conflitos éticos e pessoais”. (GOMES, 2012, p. 23).

Uma característica forte de *Profissão Repórter* são as pautas, quase sempre envolvendo denúncias e questões sociais para ter impacto e relevância na vida do telespectador:

Os fatos relatados devem afetar a vida do público de algum modo, criar empatia, ter atualidade. A importância de uma notícia – que se relaciona ao seu potencial de despertar e manter a atenção - é proporcional ao preenchimento desses requisitos e ao impacto que o jornal acredita gerar no público-alvo (HERNANDES, 2006, p. 47).

Profissão Repórter é um programa jornalístico, consolidado na emissora e no horário que ocupa, responsável pela realização de grandes reportagens. (SOARES, 2012, p. 128). A objetividade no discurso do programa leva à transparência na transmissão da informação: “Ao referir-se ao trabalho do repórter, evoca a figura de um enunciador e, ao remeter-se para os bastidores, aponta para o desvelamento das mediações que se interpõem entre o espectador e os fatos trazidos a público”. (FIGUEIREDO, 2012, p. 111).

A edição é uma ferramenta fundamental para um programa audiovisual e com a proposta do *Profissão Repórter*. Através dela geram-se sentimentos como aproximação, compaixão, piedade e sensibilidade.

4 ANÁLISE DAS EDIÇÕES SELECIONADAS DO PROGRAMA

A cada dia, pelo menos um novo caso de violência doméstica ou feminicídio são noticiados. O debate desses assuntos está presente na mídia diária e permite diversos enquadramentos. Com base nas quatro edições analisadas do Programa Profissão Repórter, percebe-se que desde 2010 até o momento, sempre foi dada voz a todos os lados da história, mas existe uma mudança quanto aos enquadramentos e abordagens aos casos.

No jornalismo, o enquadramento é responsável na seleção do assunto, destaque ou omissão que são dados a determinados detalhes e informações e na montagem da história que será contada. O enquadramento é responsável pela impressão que o espectador construirá ao receber esses dados. Porto (apud ROTHBERG, 2004, p. 78) caracteriza os enquadramentos como “marcos interpretativos mais gerais construídos socialmente que permitem as pessoas fazer sentido dos eventos e das situações sociais”.

Na primeira edição analisada, transmitida no dia 20 de julho de 2017, é contada a história de Amanda, que foi assassinada quando voltava de uma festa pelo homem com o qual se relacionava na época. Esse homem, chamado Luciano, é descrito como amante de Amanda, que não morava mais com o pai dos filhos, ou seja, estava solteira. Essa palavra “amante” soa como se Amanda fosse inconsequente, somada à fala do pai de seus filhos que diz “depois do terceiro filho, ela virou pra mim e disse que queria curtir a vida”, “o que eu passei para criar essas crianças...”. Também é construído um enquadramento de possível injustiça e/ou piedade em relação a Luciano, mesmo com sua condenação: antes da decisão judicial, a jornalista Eliane é questionada, por um colega repórter, pelo seu aparente nervosismo e responde estar daquele jeito porque “a decisão ia mudar a vida daquele rapaz”, referindo-se ao réu.



Figura 1 - Impressão de tela.

Luciano, condenado pela morte de Amanda, é mostrado chorando de joelhos após o anúncio da sentença

Para Gitlin, “os enquadramentos mediáticos são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual” (apud GONÇALVES, 1980, p. 6-7). Essa tese mostra que o enquadramento da realidade, no discurso das mídias, não se dá de forma ideologicamente neutra. As ações e textos utilizados na construção da reportagem podem demonstrar suas subjetividades. No parágrafo anterior, o enquadramento é de morte como punição, através do juízo de valor que se constrói a partir da palavra “amante”, que coloca o condenado como vítima e sugere ao telespectador que “se estivesse casada, não teria morrido”.

Nessa mesma edição também são abordadas as histórias de Eliza Samudio e do goleiro Bruno, levantando a diferença no tratamento entre casos que envolvem pessoas famosas e casos com vítimas e agressores desconhecidos, como no caso de outra vítima, a anônima Daniele, morta a pedradas pelo marido. É curioso o fato de o programa estar discutindo a diferença no tratamento de casos envolvendo celebridades para os de pessoas anônimas, sem mencionar o sobrenome de Daniele, como foi mencionado o de Eliza. Para Leal, com base nos crimes ditos passionais nos anos de 1970/80 e observando a cobertura diária, não se pode afirmar que a mídia dá regular atenção às vítimas:

No entanto, num exercício de observação da cobertura cotidiana de mortes e crimes, entre eles aqueles ligados à violência contra a mulher, chama a atenção o quanto as “pequenas mortes”, os “pequenos acontecimentos” são oferecidos de modo rápido, com pouco destaque e sem sequer a indicação frequente do nome das vítimas (LEAL, ANTUNES & VAZ, 2011 e 2012 apud LEAL, 2014), ampliando ainda mais a percepção do tratamento “lacunar” e descontextualizado” da violência de gênero pela mídia noticiosa.

No segundo programa analisado, transmitido no dia 05 de julho de 2011, a abordagem é sobre mulheres que registram boletins de ocorrência contra seus cônjuges, agressores que se tratam em um centro de reeducação, o desrespeito de homens violentos às medidas protetivas, e as vítimas que retiram as queixas. Nessa edição, observa-se uma diferença entre a abordagem de uma repórter mulher e de um repórter homem. Eliane se mostra mais fria ao conversar com agressores, e mais doce ao conversar com as vítimas. Isso é perceptível nos olhares e no tom de voz da profissional quando entrevista

agressores na saída da reunião no centro de reeducação e quando entrevista uma das vítimas em sua casa. Já o repórter Thiago Santos, ao começar a contar o caso de Meirielly, enquanto ela depõe na delegacia, diz: “Meirielly teve um filho com um homem casado...”, o que soa como se estivesse justificando a tentativa de homicídio da mulher que levou oito tiros.

Ainda nesse episódio, é contado o caso de Ângelo José Terinate, que é um agressor em acompanhamento judicial. Ele conta que a ex-esposa, a quem nem ele nem a reportagem se referem pelo o nome, seria a culpada por Ângelo estar cumprindo as medidas do fórum. Ele diz que era obrigado a se defender das agressões da ex-companheira, que jogou óleo fervendo nele após ele a empurrar. São mostradas as manchas de queimaduras no tórax de Ângelo. A reportagem vai à casa da ex-mulher agredida e conversa com a mãe dela, Maria Helena Rodrigues, que afirma que antes de sua filha jogar a gordura em Ângelo, ele a agrediu com uma marretada. A aposentada diz que a filha é agressiva e que “se juntaram a tampa e a panela”, se referindo ao casal. A fala da mãe transmite um julgamento de que a agressividade da filha é uma justificativa para a violência que sofria de Ângelo.

Na abordagem da situação de Abigail de Jesus, terceira personagem do programa, que teve a casa incendiada pelo ex-companheiro, existe um apelo ao lado mais sensível e humano. Abigail mostra as paredes queimadas, conta que o ex-marido ateou fogo nas roupas dela e dos filhos, e ao ser questionada pela reportagem se ainda existe amor pelo ex-marido. A diarista diz que “ele não ama nem a ele mesmo”, enquanto são mostrados planos de detalhes nas crianças, filhos do casal. Para Entmann, através da relação interaccionista que existe entre o telespectador e a história contada, o enquadramento produz efeitos:

Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torna-los mais salientes num texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular de um problema, uma interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (ENTMAN apud GONÇALVES, 2008, p. 162).

A caminho de uma residência para entregar uma intimação, as policiais da Delegacia da Mulher, Kátia Lima e Lívia⁴, falam das desistências de dar continuidade aos

⁴ O sobrenome da policial Lívia não é mencionado no programa.

processos de violência. É o caso da quarta mulher, Lucinéia Barcelos, que foi vítima e decide retirar a queixa. O repórter Thiago Jock questiona a decisão e a dona de casa explica que o marido não usa mais drogas e que ela pretende dar uma chance. Barcelos é orientada a preencher uma declaração de próprio punho e lê em voz alta, para a reportagem, o que escreve. Jock pergunta se ela gosta do marido e se o casal reatou. Barcelos responde que foi no mesmo dia da agressão e é dado um corte brusco para a próxima cena, com um sobe som. O enquadramento desse caso e o corte final podem sugerir uma interpretação do tipo “a vítima gosta de apanhar”, como é dito popularmente.

Na parte onde as repórteres conversam com vítimas que desistiram de seguir com os processos, são passados dados de violência e mostradas cenas das audiências. A repórter Gabriela Lian questiona a vítima Marcela, dizendo que estava tentando entender o por que de ela ter reatado o relacionamento com o agressor. Nesse momento, percebe-se a dúvida da repórter e a intenção de esclarecê-la para diminuir o número de julgamentos que alguns telespectadores fazem sem ouvir a resposta. Uma das mulheres que retirou a queixa preferiu não se identificar e disse que sente vergonha de apanhar. Para Barros Filho e Martino, a subjetividade do jornalista prejudica a interpretação da história:

Abraçar a noção de enquadramento implica evitar julgamentos que atribuem, a uma suposta intencionalidade de jornalistas e editores, a feição que uma dada matéria vem a assumir. Nesse contexto, as apropriações de sentido, construídas a partir das inevitáveis escolhas implícitas na produção de uma simples pauta, deixam de ser consideradas fruto de manipulação deliberada. (BARROS FILHO e MARTINO apud ROTHBERG, 2007).

Ao fim da cobertura do mutirão de audiências, é informado que de 42 queixas, apenas oito vítimas mantiveram os processos, com uma fala da promotora Silvia Chakian, baseada em sua experiência profissional.

Na terceira edição analisada, transmitida no dia 14 de outubro de 2014, o programa mostra várias formas de violência contra a mulher nos transportes públicos, e os ônibus lilás, que rodam o Brasil para esclarecer sobre a violência doméstica e ajudar vítimas. Ao ouvir uma vítima em atendimento no ônibus lilás, Sebastiana Aquino – que relata ter levado um “murro” do marido, o repórter Estevan Muniz expõe uma opinião pessoal de que sente muito em saber da agressão sofrida por ela.

Nos ônibus de São Paulo, as repórteres Eliane Scardovelli e Valéria Almeida conversam entre si e com os passageiros sobre o espaço no ônibus. Nessa edição os

repórteres acompanham as vítimas em seus deslocamentos para ouvir mais sobre seus relatos e experiências. Scardovelli vai até a casa da passageira Ana Paula Gomes, que conta do dia em que um homem se masturbou na sua perna no ônibus. O repórter Estevan Muniz acompanha Jaqueline Silva Dias, mãe de dois filhos, que tentava refazer o documento do filho para ir embora da cidade, e depois a acompanha até a casa do ex-marido, onde Jaqueline é mostrada chorando e a família dele a ofende, acusando-a de morar em um bordel. Esse enquadramento permite ao telespectador um julgamento de “ele agredia ela porque ela é promíscua”, “ele ficou com a filha do casal e rasgou os documentos do filho de Jaqueline para proteger a criança”, colocando a vítima como mentirosa, culpada pelas agressões que sofria, e incapaz de criar os filhos.

No trem do Rio de Janeiro, as repórteres Eliane Scardovelli e Valéria Almeida comentam a quantidade de homens no vagão feminino e a dificuldade de identificar abusos em vagões tão lotados. O passageiro Flávio naturaliza os assédios, dizendo que devido à proximidade dos corpos, “o homem se excita e dá nisso”. Essa perspectiva revela o machismo que as mulheres enfrentam no dia-a-dia, ao conviver com homens que ou cometem os assédios ou são omissos e coniventes com ele. A repórter Eliane interfere na fala do terceiro entrevistado para dar voz a Camila Benita que relata sentir-se culpada em uma situação de assédio vivida, por ter entrado no vagão lotado. A repórter questiona se Camila deu queixa. Ela responde que não há um por que, nem um para que denunciar, e conta que foi abusada quando tinha oito anos. Esse enquadramento revela a impotência da mulher diante da violência e do abuso sexual. Segundo Tuchmann, o enquadramento tem relação com a posição de quem olha o objeto, e por isso, a vista é diferente de pessoa para pessoa.

Mas, como qualquer enquadramento que delimita o mundo, o enquadramento das notícias pode ser problemático. A vista através de uma janela depende de a janela ser grande ou pequena, ter muitas ou poucas vidraças, de o vidro ser opaco ou transparente, de estar virada pela rua, ou para as traseiras. (TUCHMANN apud GONÇALVES, 2008, p. 159).

Na última edição avaliada, transmitida em 04 de outubro de 2017, nota-se uma cobertura mais posicionada contra o feminicídio e a violência contra a mulher. O apresentador Caco Barcellos inicia o programa explicando que feminicídio é o crime de ódio que mata oito mulheres por dia no Brasil. Em seguida, ele entrevista a repórter Monique Evelle a caminho da penitenciária onde iriam entrevistar o assassino Jailson. Barcellos entrevista Evelle a fim de saber como ela se sentia enquanto mulher. Chama a atenção que a repórter

é negra. Uma mulher negra abrindo o programa para discutir a violência contra mulheres. No decorrer da entrevista, ela passa mal ao ouvir o detento que a encara enquanto responde uma pergunta do apresentador. No programa são contadas as histórias de Sírnia Silva – morta pelo companheiro Jailson através de estrangulamento; Telma, morta pelo marido Walter Willians Moreno, que se suicidou após cometer o crime; Samyla Samara, morta pelo ex-companheiro na mercearia do tio dela; Aleudiane, que levou cinco tiros do ex-marido em uma tentativa de homicídio, e de uma jovem não identificada, que procurou a reportagem porque é estuprada com frequência e relatou sofrer ameaças de morte.

Sobre o caso de Sírnia, Barcellos deduz que foi ciúmes. No caso da jovem que sofre ameaças, a repórter Nathalia Tavolieri tem cuidado para não identificar a vítima por segurança à vida dela, a acompanha ela nas consultas médicas, mostra um áudio de ameaças somente a Caco Barcellos, na ilha de edição, onde o apresentador descreve o agressor como perverso e sádico. A repórter também fala da sua impotência em não poder falar à médica ginecologista que atendeu a jovem, que se tratava de violência sexual.

Tavolieri conversa com o padrinho de Telma Adriana Galhardo, Vagner Vargas, que fala que ela era agredida com frequência, que não se separou porque gostava do marido, e “olha no que deu”, enquanto são mostradas as coroas de flores sendo postas acima do caixão. A reportagem conversa com uma vizinha do casal, Rosângela Pires, que ao responder se ouvia discussões do casal, frisa que haviam “desentendimentos por parte dos dois”. Chama a atenção que a vítima não tem o sobrenome mencionado, ao contrário do marido, que foi citado o nome e o sobrenome. Caco Barcellos e a repórter Nathalia Tavolieri comentam na ilha de edição o fato de Telma não ter denunciado. O enquadramento desse caso produz no telespectador uma sensação de culpa da vítima, no sentido de “não denunciou, nem separou porque queria ser morta” e “ela discutia, então provocou”.

No caso de Sírnia Silva, o enquadramento é mais voltado para a justiça e a comoção. Um vizinho, não identificado na reportagem, chora ao mostrar o local do crime. O pai de Jailson Souza, José de Souza, conta que ele que entregou o filho para a polícia e se mostra de acordo com que o filho pague pelo crime. A mãe de Sírnia, Tereza da Silva conta que nunca imaginou que Jailson seria capaz de matar sua filha, e diz acreditar na justiça de seu país. Ela se emociona e é consolada pela repórter. O caso foi registrado como homicídio e o delegado não quis gravar entrevista nem esclarecer do por que não foi feito registro de feminicídio.

A história de Samyla Samara, morta aos 19 anos pelo companheiro Pedro Henrique, tem um recorte mais emocional por parte do tio, não identificado, que conta como o crime ocorreu com uma expressão abatida; por parte da mãe, Maria Lenilda de Souza, que chora ao lembrar-se da filha, e por parte do promotor, que durante a audiência se mostra incisivo contra o réu, com palavras como “vamos dar um basta nessa carreira de agressor de mulheres”. Pedro Henrique pede misericórdia antes da sentença. É mostrada a imagem de Jesus crucificado na parede, sugerindo uma justiça divina, e enquanto é proferida a sentença de 26 anos e seis meses de reclusão, aparecem num plano de detalhe as mãos do condenado sendo algemadas. Maria Lenilda da Silva também fala que Pedro Henrique vai carregar a culpa para sempre e conta que o filho do casal ainda não sabe o que aconteceu.

A repórter Monique Evelle conta o caso da vítima Aleudiane de Souza, que sofreu uma tentativa de homicídio pelo ex-marido, que está preso e não teve o nome mencionado. Esse caso tem um enquadramento voltado à insegurança que as vítimas sentem e a crença de que esses homens podem mudar. A vítima conta que ele já havia agredido e ela o perdoou uma vez. Ela mostra onde as balas estão alojadas no abdômen, o dedo que teve a ponta amputada e fala do medo e da certeza de ele a mataria caso fosse solto.

Desde a primeira até a última edição analisadas, sempre é dada voz às vítimas, agressores e testemunhas. Todos os programas apresentam dados, explicam leis e dialogam com especialistas. O que se percebe é que o julgamento às vítimas vai diminuindo até a última edição. Esses “julgamentos” tratam-se de falas que podem levar a julgamentos por parte dos telespectadores, que passam a justificar os crimes com base em atitudes das vítimas, como no caso da Meirielly, de Amanda, e das mulheres que retiram as queixas na justiça, ou até reatam o relacionamento com seus agressores. Isso mostra uma mudança no enquadramento do assunto, desde uma opinião pessoal do repórter quando aponta o ciúme como motivação dos agressores e assassinos, até a ausência da expressão “crime passional” nos programas mais recentes. Essa alteração na nomenclatura se deu com a Lei do Femicídio. É uma mudança social, e as mudanças sociais interferem no enquadramento jornalístico, como o enquadramento de determinado assunto também causa mudanças sociais.

Ao longo da análise, se faz presente no programa *Profissão Repórter* essa interferência das mudanças sociais na abordagem da violência contra a mulher, a partir

de uma forma mais posicionada contra esse crime, perceptível nos enquadramentos que foram mudando ao longo dos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho passou pela seleção e análise de quatro episódios do programa *Profissão Repórter*, da Rede Globo, veiculados entre os anos de 2010 e 2017, com o objetivo de analisar possíveis mudanças no tratamento da violência contra a mulher, incluindo o feminicídio. Para a realização do trabalho, foram estudados os conceitos de jornalismo televisivo, enquadramento, violência contra a mulher, além da proposta e características do programa.

Durante a análise dos programas, o enquadramento adotado ao longo das edições foi avaliado de forma mais detida. Foram observadas as falas, as expressões dos jornalistas e dos personagens, as imagens mostradas e que tipo de sentidos esse conjunto de variáveis sugere ao telespectador. Para encerrar esses parágrafos descritivos, e avaliativos de cada episódio, buscou-se contextualizar com citações dos autores consultados.

Ao fim do trabalho, conclui-se que o programa se transformou ao longo dos anos na abordagem à violência contra a mulher. O formato do programa de dar voz a todos personagens da história se manteve, mas o enquadramento que sugeria ao telespectador uma culpabilização da vítima foi diminuindo, e paralelo a isso, o programa foi se posicionando em repúdio ao tema e se moldando às mudanças sociais que o assunto sofreu, como no caso do último programa analisado, onde o apresentador Caco Barcellos nomeia a morte de mulheres como feminicídio, não mais como crime passional, e explica que “feminicídio é um crime de ódio que mata mulheres”.

REFERÊNCIAS

BORGES, Rafaela Almeida. **A violência contra a mulher e o Telejornalismo: Uma análise da cobertura do Jornal Hoje**. Juiz de Fora: 2013.

Disponível em:

http://www.ufjf.br/facom/files/2013/11/ARQUIVO_FINAL_MONOGRAFIA_RAFAELA_BORGES.pdf

DORETTO, Juliana, COSTA, Renata Carvalho. **Entrevista e seus personagens: A construção por meio do protagonismo do repórter**. In: **Profissão Repórter em Diálogo**, São Paulo: Alameda, 2012.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Sob a ótica das ciências da linguagem**. In: **Profissão Repórter em Diálogo**, São Paulo: Alameda, 2012.

GONÇALVES, Telmo. **A abordagem do enquadramento nos estudos de Jornalismo**. Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura, vol. 1, n° 5/6. Julho. 2011.

Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/caleidoscopio/article/view/2268>

LEAL, Bruno Souza. **Convencionalidades narrativas e os crimes de proximidade: a violência contra mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística**. Minas Gerais: 2014. In: **Interfaces da Lusofonia**, eds. 2014.

Disponível em:

http://revistacomsoc.pt/index.php/cecs_ebooks/article/view/1757

PASCHOALICK, Paula, GROSS, Daniele. **Profissão Repórter, Um panorama**. In: **Profissão Repórter em Diálogo**, São Paulo: Alameda, 2012.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais**. In: **Estudos Feministas**, edição 17, n 2. Florianópolis: 2009.

Disponível em:

https://www.jstor.org/stable/24327925?seq=1#page_scan_tab_contents

ROTHBERG, Danilo. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. Sergipe: 2007.

Disponível em:

http://sbpjour.org.br/admjor/arquivos/coordenada_5_.danilo_rothberg.pdf

SOARES, Rosana de Lima. **De linha direta a profissão repórter: margens cambiantes do Telejornalismo**. In: **Profissão Repórter em Diálogo**, São Paulo: Alameda, 2012.